

O processo de apelos de decisões



O Seguro Social pretende certificar-se de que todas as decisões tomadas relativamente ao seu pedido de Seguro Social ou de Rendimento de Segurança Suplementar (SSI) estão correctas. Analisamos cuidadosamente consideramos toda a informação em seu caso antes de nós tomar qualquer decisões que afetam sua elegibilidade ou seus benefícios elevam-se.

Quando tomamos uma decisão relativamente ao seu pedido, enviamo-lhe uma carta explicando a nossa decisão. Se não concordar com a nossa decisão, pode recorrer da mesma—ou seja, pedir-nos que voltemos a analisar o processo.

Quando solicita um recurso, analisamos a totalidade da decisão, incluindo os elementos a seu favor. Se a nossa decisão estiver errada, será alterada.

Quando e como posso apelar de uma decisão?

Se desejar apelar de uma decisão, tem de apresentar o pedido por escrito no prazo de 60 dias, a contar da data em que recebe a nossa carta. Partimos do princípio que recebe a carta cinco dias depois da data constante na carta, excepto se nos provar que a recebeu mais tarde. Ligue para os serviços locais da Seguro Social caso necessite de ajuda com o seu recurso.

Quantos níveis de apelação existem?

Em geral, existem quatro níveis de apelação. Eles são:

- Reconsideração;
- Audiência perante um juiz administrativo de lei;
- Revisão pelo Conselho de Apelos; e
- Revisão por um tribunal federal.

Quando lhe enviarmos uma carta sobre uma decisão relativa ao seu pedido, iremos informá-lo(a) sobre como pode apelar a decisão.

Reconsideração

Uma reconsideração é uma revisão completa do seu pedido por alguém que não participou na primeira decisão. Analisaremos todas as provas apresentadas quando a decisão original foi tomada, assim como qualquer novas provas.

Grande parte das reconsiderações envolve uma revisão do seu processo, sem que seja necessária a

sua presença. Mas quando apelar de uma decisão sobre o facto de já não pode receber prestações de incapacidade devido à melhoria do seu estado médica, pode encontra com um representant de Seguro Social e explicar-lhe por que voçe acredita que voçe ainda tem uma incapacidade.

Audiência

Se não concordar com a decisão de reconsideração, pode requerer uma audiência. A audiência será conduzida por um juiz administrativo de lei que não teve qualquer intervenção na primeira decisão nem na reconsideração do seu processo.

Habitualmente, a audiência tem lugar num raio de 150 quilómetros de sua casa. O juiz administrativo de lei irá informá-lo(a) sobre a hora e o local da audiência.

Pode comparecer à audiência acompanhado do seu representante, caso tenha um, e explicar o seu caso pessoalmente. Pode consultar as informações contidas no seu processo e facultar novas informações.

O juiz administrativo de lei irá interrogá-lo(a) a ti e a qualquer testemunhas que possa trazer para a audiência. Outras testemunhas, como peritos médicos ou vocacionais, também podem fornecer-nos informações durante a audiência. Voçe ou o seu representante também podem interrogar as as testemunhas.

Normalmente, comparecer à audiência é do seu interesse. Se não pretender fazê-lo, deve informar-nos sobre o motivo pelo qual não deseja comparecer.

Em algumas situações, a audiência pode ser realizada através de videoconferência. Se este for o caso, iremos informá-lo(a) com antecedência. Graças à videoconferência, podemos tornar a audiência mais prática para ti. Muitas vezes é mais rápido marcar uma videoconferência do que uma comparência física numa audiência. Além disso, o local da videoconferência pode situar-se mais perto de sua casa. Isto pode facilitar o facto de se fazer acompanhar por testemunhas ou outras pessoas.

A menos que o juiz de administrativo de lei considerar a sua presença é necessária para decidir sobre o caso, a decisão será tomada com base em todas as informações no seu processo, incluindo qualquer novas informações fornecidas.

(continua)

Após a audiência, iremos enviar-lhe uma carta e uma cópia da decisão do juiz administrativo de lei.

Conselho de Apelos

Se não concordar com a decisão da audiência, pode solicitar uma revisão pelo Conselho de Apelos de Seguro Social. Teremos todo o prazer em ajudá-lo(a) a solicitar esta revisão.

O Conselho de Apelos analisa todos os pedidos de revisão, mas pode recusar um pedido caso acredite que a decisão da audiência estava correcta. Se o Conselho de Apelos decidir analisar o seu caso, pode tomar uma decisão sobre o caso ou reencaminhá-lo para um juiz administrativo de lei para uma análise mais aprofundada.

Se o Conselho de Apelos recusar o seu pedido de revisão, iremos enviar-lhe uma carta explicando os motivos da recusa. Se o Conselho de Apelos reavaliar o caso e tomar uma decisão, iremos enviar-lhe uma cópia da decisão. Se o Conselho de Apelos remeter o caso para um juiz administrativo de lei, iremos enviar-lhe uma carta e uma cópia da decisão.

Tribunal federal

Se não concordar com a decisão do Conselho de Apelos ou se este decidir não rever o seu caso, pode intentar uma acção num tribunal federal de primeira instância. A carta que lhe enviamos sobre a acção do Conselho de Apelos também lhe indica como pedir a um tribunal que analise o seu caso.

As minhas prestações continuarão?

Em alguns casos, pode pedir-nos que benefícios continuem a ser pagas enquanto tomamos uma decisão sobre o seu apelação. Pode pedir-nos que continuemos a pagar benefícios quando:

- Está a recorrer de uma decisão sobre o facto de não poder mais receber pensões de incapacidade da Seguro Social, porque o seu estado de saúde já não é considerado como incapacidade; ou
- Está a recorrer da nossa decisão sobre o facto de já não ser elegível para benefícios de SSI ou destas deverem ser reduzidas ou suspensas.

Se pretender continuar a receber benefícios, tem de informar-nos no prazo de 10 dias a contar da data de recepção da nossa carta. Se o seu recurso for recusado, pode ter de nos reembolsar qualquer montante a que não tenha direito.

Alguém me pode ajudar?

Sim. Muitas pessoas tratam dos seus próprios apelação junto da Seguro Social graças ao apoio gratuito da Seguro Social. Contudo, pode pedir a um advogado, um amigo ou qualquer outra pessoa que o(a) ajude. A pessoa que designar para o(a) ajudar será denominada como seu “representante”. Lidaremos com o seu representante tal como o faríamos consigo.

O seu representante pode agir em seu nome na maioria das questões ligadas à Seguro Social e receberá uma cópia de todas as decisões tomadas relativamente aos seus pedidos.

O seu representante não lhe pode exigir nem cobrar qualquer honorários sem o prévio consentimento por escrito da Seguro Social. Se quer mais informação sobre a utilização de um representante, contacte-nos para receber a publicação *O seu direito a representação* (Publicação No. 05-10075-PE), que pode também encontrar no nosso Web site.

Contactar a Seguro Social

Para mais informações e obter cópias de nossas publicações, visite o nosso Web site em www.socialsecurity.gov ou ligue grátis para o número **1-800-772-1213** (as pessoas surdas ou com dificuldades auditivas podem contactar o nosso número TTY, **1-800-325-0778**). Podemos responder a perguntas concretas e dar informações através de atendimento telefónico automático, 24 horas por dia.

Se você necessitar um intérprete, Nós fornecemos serviços livres do intérprete para ajudar-lhe conduzir seu negócio da Seguro Social. Estes serviços do intérprete estão disponíveis se você nos fala pelo telefone ou no escritório da Seguro Social. Chame nossos número gratuito, **1-800-772-1213**, imprensa 1, e estada na linha até que respostas de um representante. Um intérprete será contactado para ajudar com sua chamada. Se seu negócio não puder ser terminado pelo telefone, nós fazemos uma nomeação para você em um escritório local da Seguro Social e arranjá-la-emos para que um intérprete esteja lá na altura de sua visita.

Todas as chamadas telefónicas são confidenciais. Também pretendemos garantir que prestamos um serviço preciso e atencioso. Por essa razão, existe um segundo funcionário da Seguro Social que supervisiona algumas chamadas telefónicas.